

Pandemia, teoria social eurocêntrica e pensamento social no Brasil

The pandemic, Eurocentric social theory, and Brazilian social thought

JOÃO MARCELO E. MAIA

RESUMO

O artigo apresenta um enquadramento teórico para discutir a atualidade do chamado “pensamento social no Brasil” a partir do impacto da pandemia do COVID-19. Parte-se da hipótese de que a pandemia é um fenômeno de natureza global, mas a teoria social que busca pensá-la ainda se mostra fortemente eurocêntrica. Argumenta-se que esse problema evidencia a necessidade de incorporarmos formas de imaginação social periférica e que se pode entender o campo contemporâneo do pensamento social no Brasil como uma dessas formas. Para realizar essa tarefa, o artigo sugere dois movimentos teórico-metodológicos complementares: (a) a desprovincialização dos estudos do pensamento social no Brasil (PSB), com a busca por conexões com debates teóricos globais e não apenas com temas tidos como “brasileiros”; e (b) uma reconstrução historiográfica da área, que relacione a história das nossas ciências sociais ao movimento global da sociologia no século XX.

Palavras-chave: Covid-19; Pensamento social no Brasil; Teoria social.

ABSTRACT

The article outlines a theoretical framework to discuss the present relevance of so-called “Brazilian social thought” in the light of the pandemic of Covid-19. The main hypothesis is that while the pandemic is a global phenomenon in scope, the current social theory which seeks to explain it remains deeply Eurocentric. It argues that this shortcoming shows the need for taking in account non-Eurocentric/peripheral forms of social imagination, and that one can regards Brazilian Social Thought as one of such forms. It suggests two theoretical and methodological steps to achieve this task: (a) the ‘deprovincialization’ of Brazilian social thought, searching for connections with global theoretical debates and not only with so-called “Brazilian” themes; (b) a historiographical reconstruction of Brazilian social thought that links the history of Brazilian social sciences with the global development of sociology in the twentieth century.

Key words: Covid-19; Social thought in Brazil; Social theory

INTRODUÇÃO

A eclosão da pandemia da Covid-19 nos primeiros meses de 2020 gerou um número significativo de estudos e pesquisas no campo das ciências sociais, a despeito do pouco distanciamento que temos do evento. No caso do Brasil, as associações científicas de nossa área logo mobilizaram suas energias para produzir vídeos, debates e boletins, como é o caso da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), que editou uma bem-sucedida série de boletins sobre o coronavírus, evidenciando o compromisso da comunidade científica local com um dos temas de maior relevo de nosso tempo.

No caso da área do Pensamento Social no Brasil¹, deve-se destacar a série de textos coletados por André Bittencourt (UFRJ) e Maurício Hoelz (UFRRJ) em uma parceria entre a revista *Sociologia & Antropologia*, o blog da *Biblioteca Virtual do Pensamento Social* (BVPS) e a *Sociedade Brasileira de Sociologia* (SBS).² Essa série produziu notáveis contribuições de sociólogos, alguns dos quais autores conhecidos na área, como Nísia Trindade Lima e Gilberto Hochman. Mas considero que a convocação da área de pensamento social para oferecer reflexões sobre a pandemia deveria produzir uma saudável inquietação relacionada à atualidade teórica desse campo de estudos. Afinal, por que recorrer a arcanos escritos de homens brancos de décadas atrás para explicar processos contemporâneos que jamais

¹Para evitar repetições excessivas, utilizarei regularmente a sigla PSB para me referir ao campo do Pensamento Social no Brasil.

² Os textos fizeram parte do seminário internacional “Mundo Social e Pandemia”, que se desdobrou em 14 simpósios, todos publicados no site da BVPS: <https://blogbvps.wordpress.com/category/simposio-mundo-social-e-pandemia/>

foram por eles sonhados? Por que o PSB *deve* ser acionado para refletir teoricamente sobre temas contemporâneos, como a pandemia da Covid-19?

Uma primeira resposta, talvez mais fácil, implicaria reabrir obras clássicas em busca de diagnósticos sobre o Brasil que pudessem iluminar o presente. Nesse mergulho não-mediado no passado, o PSB seria uma espécie de repositório de ideias ou conceitos que pudessem ser utilizados para explicar os efeitos da pandemia no Brasil — e tão somente nele. Porém, mais do que buscar nas tradições intelectuais locais elementos ou subsídios para a reflexão sobre a pandemia, sugiro que é necessário darmos um passo atrás e nos perguntarmos *por que* e *como* acessar o pensamento social brasileiro neste início da terceira década do século XXI.

Para responder a essas questões, o artigo propõe dois movimentos. Em primeiro lugar, trabalha-se a hipótese de que a pandemia da Covid-19 evidenciou o desajuste entre um fenômeno de natureza global e as respostas sociológicas ainda excessivamente eurocentradas que buscaram interpretar o mundo “pós-corona”. Para tanto, a primeira seção deste artigo analisa uma amostra dos debates teóricos sobre a pandemia publicados nos últimos dois anos, finalizando com uma intervenção crítica da socióloga argentina Maristella Svampa. O objetivo é evidenciar como a construção de uma sociologia realmente global deve levar em conta as experiências e as formas de imaginação social do chamado Sul Global³. Num segundo momento, argumento que podemos entender o PSB como uma dessas formas de imaginação social, e discuto um conjunto de procedimentos teórico-metodológicos que permitam sua atualização em face dos debates contemporâneos no campo da sociologia. Sustento que essa atualização passa por um movimento de desprovincialização teórica e por um trabalho historiográfico de reconstrução dos nexos entre a história da sociologia brasileira e a da sociologia global.

Como se vê, não estou sugerindo que o PSB “explique” a pandemia. Na verdade, parto da ideia de que a pandemia nos exige repensar a teoria social e suas limitações, e que esse repensar permite acionar o PSB não como um repertório clássico fossilizado, mas como uma forma de imaginação social que tem nexos cognitivos e intelectuais com o movimento histórico da sociologia no Sul Global.

³Entendo que o conceito de “Sul” é polissêmico e nem sempre bem explicitado pelos que dele fazem uso. Acompanho o modo como Marcelo Rosa (2014) problematiza os usos inadequados e essencialistas do termo, optando por definições que pensam o “Sul Global” como metáfora de modos de enunciação teórica que problematizam o eurocentrismo. Em geral, esses modos de enunciação relacionam-se com as experiências de sociedades e povos que foram marcados pela experiência colonial, mas não necessariamente se restringem ao que entendemos como o “Sul geográfico”.

A TEORIA SOCIAL DA PANDEMIA

A circulação do Sars-Cov2 acentuou drasticamente a dimensão global da nossa vida em comum. Essa dimensão global se deu tanto pelo modo como o vírus rapidamente circulou por conta das facilidades de deslocamento físico de seus vetores — os seres humanos —, como também pela forma como se construíram respostas institucionais que demandaram articulações transnacionais, cujo maior exemplo talvez seja o papel desempenhado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Além disso, o modo como experimentamos esse cenário foi marcado pela disseminação de um repertório também global de contenção do vírus, marcado por palavras como *lockdown*, distanciamento social e achatamento da curva, entre outras expressões que passaram a fazer parte do cotidiano de milhares de cidadãos de diferentes sociedades. É preciso dizer que também circulou globalmente um repertório “antissistêmico” de corte conservador-libertário que questionou o repertório de contenção capitaneado pela OMS, como evidenciam a propagação de mensagens e retóricas antivacina, a proposição de projetos de lei contra o passaporte sanitário em diferentes países e mesmo a organização de formas de mobilização social contra as medidas restritivas tomadas por diferentes governos. Nos últimos meses de 2021, manifestações contra as novas restrições à movimentação dos cidadãos decretadas por alguns governos da Europa e da Oceania assombraram a esfera pública em cidades como Viena, Sydney, Berlim e Madrid.

Mas a dimensão global da pandemia não implicou a produção de um mundo *flat* e horizontal, supostamente marcado pela livre circulação de ideias e pessoas ou pela homogeneidade da condição humana. Pelo contrário. A recente edição de um dos mais importantes boletins da sociologia global, o *Global Dialogue*, publicado trimestralmente pela *International Sociological Association* (ISA), apresenta uma seção sobre a Covid-19 e desigualdades na qual diferentes sociólogos de vários cantos do Sul Global refletem sobre questões cruciais, tais como: (a) a dificuldade na quebra de propriedade intelectual para produção de medicamentos, equipamentos de proteção e, mais recentemente, para a aquisição de vacinas (BHARDWAJ, 2021); (b) a própria desigualdade na aplicação das vacinas em termos globais, com países dando doses de reforço gratuitas enquanto outros ainda nem imunizaram 15% de sua população (GIANELLA, 2021); (c) o impacto brutal das políticas de *lockdown* sobre territórios vulneráveis em países do Sul Global, a que se

somaram ainda, como no caso indiano, desastres provocados pela crise climática (RAMNAYYA e EMANDI, 2021).

Nesse mesmo boletim, outra seção se dedica a pensar o novo papel do Estado no mundo pós-corona, bem como as formas de interação social que serão ativadas de agora em diante. Enquanto alguns apontam o retorno do Estado “leviatã” (DORRE e IBRAHIM, 2021) e a nova centralidade da ação estatal forte (JESSOP, 2021), outros preferem apostar na constituição de instituições estatais não capitalistas intermediárias, articulando espaços não burocratizados de regulação (NOVY e BARNTHALER, 2021). A diversidade de prognósticos mostra tanto a dificuldade de predizer o futuro — problema que não é novo na disciplina —, como também a própria dimensão contraditória dos processos ora vigentes globalmente. Se tal confusão é visível no boletim da ISA, também pode ser atestada por uma seletiva análise de alguns debates nos periódicos centrais da disciplina.

Em 2021, a socióloga britânica Sylvia Walby (2021) publicou um artigo intitulado “*The Covid pandemic and social theory*” no *European Journal of Social Theory*. O artigo propõe um diálogo com outro texto sobre o mesmo tema, publicado em 2020 por Gerard Delanty (2020), cujo título é “*Six political philosophies in search of a virus: critical perspectives on the coronavirus pandemic*”. Nesse texto, Delanty procura pensar a pandemia à luz de grandes tradições intelectuais euroamericanas, como o utilitarismo, o kantismo, o libertarianismo, o comunismo relido de Alan Badiou e Zizek, as apropriações da obra de Foucault pelo filósofo italiano Agamben e as reflexões de Bruno Latour sobre o significado do Antropoceno e seu novo regime climático. Delanty procura resenhar cada uma dessas tradições e evidenciar que tipo de *insights* elas trazem para pensar diferentes problemas da pandemia, num movimento eclético que tenta evitar reducionismos analíticos e diagnósticos por demais definitivos sobre o sentido do processo social ativado pela disseminação global da Covid-19.

O texto de Walby dialoga com essa resenha crítica de Delanty, e procura responder à polêmica colocada por intervenções de filósofos franceses e italianos que denunciaram o Estado securitário pós-Covid e o surgimento de novas formas de biopolítica legitimadas pela contenção de vírus. Essa polêmica foi despertada pela ampla circulação de textos de Agamben, ainda nos primeiros meses de 2020, sobre o uso da pandemia como dispositivo para ampliar regimes de exceção na sociedade global (AGAMBEN, 2020).

Walby argumenta que a tensão entre autoritarismo e liberdade é reducionista, visto que boa parte das respostas estatais para a circulação do vírus poderia ser vista como formas de democracia social em ação, e não simplesmente como uma reiteração de práticas biopolíticas de governamentalidade. Embora habilidosa, a solução dada por Walby ainda se ressentir de certa limitação, visto que ela se move no registro da “proteção social” e da “democracia social” tal como vivenciada nas sociedades do Velho Continente, nas quais floresceu o modelo político da social-democracia. Como é sabido, as respostas estatais e civis à crise da Covid-19 variaram globalmente, e, em muitos casos do Sul Global, pode-se perceber tanto a consolidação de capacidades estatais fortes (e autoritárias), como de formas criativas de solidariedade social em territórios periféricos e vulneráveis, como se vislumbrou nas favelas brasileiras e em vários espaços do continente africano. Essa variedade de formas de vida, mecanismos de proteção social e tipos de intervenção parece ausente dos debates da teoria social eurocentrada.

Há vários motivos que explicam a resiliência do eurocentrismo na teoria social, a começar pela própria geopolítica global de produção de conhecimento, ou seja, pelos fatores materiais e institucionais que regulam os processos que envolvem o fazer científico (HEILBRON, 1999; BEIGEL, 2014). Mas há também motivos mais propriamente cognitivos, sendo um deles a incorporação seletiva e não explicitada do passado da disciplina, isto é, os modos como conceitos e autores pretéritos são utilizados para a construção da teorização contemporânea. Como mostrou Jeffrey Alexander, a teoria social faz um recurso constante aos chamados “clássicos” por uma variedade de motivos, que vão de aspectos estilísticos e retóricos até pragmáticos, como, por exemplo, a necessidade de delimitar conceitos básicos que permitam a troca intelectual e os argumentos (ALEXANDER, 1987). O que Alexander não discute é a forma excessivamente seletiva com que se constroem essas bases comuns, que invariavelmente são estabelecidas a partir da naturalização de uma história endógena da sociologia europeia e da ignorância de outras formas de teorização que se constituíram ao longo do século XX. O resultado é a hegemonia de formas de teoria social que se estruturam por meio de debates com pouquíssimas tradições nacionais, cristalizando conceitos, estilos de argumentação e teorias que se pretendem globais, mas que são extremamente limitados (CONNELL, 2007; ALATAS, 2006).

Como se vê, o problema do eurocentrismo na teoria social articula duas questões, que devem ser equacionadas criticamente: uma de ordem historiográfica, que se refere aos “usos do passado sociológico” na discussão contemporânea, e outra mais propriamente

teórica, que se refere ao repertório de conceitos e teorias que é acionado para organizar as controvérsias no campo. Dado esse diagnóstico, como avançar?

Embora a crítica ao eurocentrismo na teoria social seja mais bem-sucedida do que a tarefa de postular alternativas, houve avanços significativos nessa seara. Mesmo no que se refere ao emergente problema da pandemia, é possível apontar contribuições originais oriundas do Sul Global. A socióloga argentina Maristella Svampa (2021) publicou um longo texto no site *Nueva Sociedad* no qual enumera nove teses sobre a pandemia da Covid-19. Nesse texto, Svampa apresenta alguns *insights* bem interessantes para pensarmos alternativas à reflexão eurocentrada a respeito da pandemia da Covid-19.

Inicialmente, Svampa chama a atenção para um debate que vinha sendo feito com força nas periferias globais, e que permite um reenquadramento das agendas teóricas e intelectuais da sociologia: a relação entre globalização, zoonoses e modelos de desenvolvimento que promovem desflorestamento em escala massiva. Afinal, o Sars-Cov 2 pode ser entendido como o resultado da liberação de vírus em escala ampliada por conta do avanço do desmatamento em florestas silvestres em várias regiões do mundo. Além disso, Svampa também problematiza o retorno da tese do “Estado forte” ou “Leviatã”, que parece animar teóricos europeus da social-democracia e da esquerda, apontando para o modo como esse Estado pode se retrair para agendas nacionalistas e protecionistas que entram a cooperação global e a distribuição igualitária de vacinas, como temos visto — o caso dos Estados Unidos de Donald Trump seria exemplar disso.

A partir da percepção de que é preciso ativar uma imaginação “ao Sul”, Svampa identifica sinais de novas formas de organização e de agendamento político-intelectual promovidas pela reação das sociedades latino-americanas aos efeitos da pandemia. Assim, por exemplo, a socióloga argentina argumenta que diferentes organizações sociais e civis da América Latina estão se mobilizando para pensar uma transição ecossocial que vá além do simples desenvolvimento sustentável, por implicar o reconhecimento de formas alternativas de valoração da terra e do território — como aquelas das comunidades indígenas — e por colocarem a questão da dívida ecológica como central para pensar um novo equilíbrio entre Norte e Sul. Finalmente, Svampa destaca como as novas formas de feminismo e ambientalismo populares e latino-americanos buscam constituir um paradigma de cuidado amplo, que implique novas formas de solidariedade e interdependência entre sujeitos vulneráveis.

O ensaio de Svampa compartilha com os debates eurocentrados algumas preocupações, como a tensão entre autoritarismo e democracia promovida pelas políticas de contenção, que implicaram até a militarização de algumas sociedades, em especial no caso latino-americano. Mas, o texto não se limita a isso e vai além, tanto no que se refere ao diagnóstico — apontando os efeitos da pandemia nas grandes cidades latino-americanas e no recrudescimento do neoextrativismo — como nos prognósticos, localizando formas de imaginação e proteção social que vão além das seis tradições políticas listadas por Delanty.

O texto de Svampa oferece um bom contraponto crítico ao debate eurocentrado, mas há muito o que se fazer ainda. Afinal, não se trata apenas de resgatar diferentes sociologias tidas como periféricas, mas é fundamental demonstrar a sua potência teórica e os seus nexos com a história geral da disciplina. Isso produziria novas bases comuns para a teoria social, indo além do restrito repertório clássico apresentado por Alexander e permitindo o estabelecimento de pontes entre diferentes formas de imaginação social. Ao mesmo tempo, tal reconstrução evidenciaria que as sociologias produzidas em contextos periféricos não são autocontidas ou desconectadas das suas congêneres hegemônicas. Pelo contrário, o exercício de investigar os nexos transnacionais que organizaram a disciplina poderia mostrar como essas tradições tidas como marginais fizeram parte de debates mais amplos, o que possibilitaria pensá-las como substrato para o estabelecimento de bases comuns atuais para um debate teórico mais alargado (MAIA, 2014). Esse movimento abre uma excelente oportunidade para reenquadrarmos o pensamento social no Brasil como uma forma de imaginação periférica dotada de potencial teórico. Esse é o tema da próxima seção

O PENSAMENTO SOCIAL NO BRASIL E A IMAGINAÇÃO PERIFÉRICA

Inicialmente, é importante esclarecer esse estranho conceito chamado “pensamento social no Brasil” (ou “brasileiro”, embora a diferença não seja ingênua ou desprovida de maiores implicações). É possível detectar dois usos básicos desse conceito: (a) em primeiro lugar, ele descreve o conjunto de ensaios clássicos sobre a identidade brasileira forjados entre as décadas de 1920 e 1940 por alguns intelectuais, em sua maioria brancos e homens (JOSIOWICZ e BRASIL JUNIOR, 2019; MAIA, 2021), que se consagraram, por diferentes motivos, e se rotinizaram nos anos subsequentes como modos de interpretação legítimos para falar sobre o Brasil; (b) em segundo lugar, o pensamento social refere-se ao campo contemporâneo de estudos sobre essas tradições intelectuais, marcado pela busca

por novas perspectivas analíticas sobre autores, obras, conceitos e famílias intelectuais⁴. Essa segunda acepção animou parte significativa da mais conhecida produção emanada desse campo, como se pode verificar nos trabalhos de Luiz J. Werneck Vianna sobre revolução passiva (VIANNA, 1997), de Gildo Marçal Brandão sobre as linhagens intelectuais (BRANDÃO, 2005) e de Jessé Souza sobre a modernização seletiva (SOUZA, 2000). Nesses três trabalhos, o esforço de investigação de autores e tradições intelectuais está orientado para a construção de quadros teóricos que deem conta de problemas da modernização brasileira.

Nessa segunda dimensão, que interessa mais diretamente a este texto, entende-se o PSB não como uma tradição intelectual autorreferida e orientada para um conjunto sacralizado de textos clássicos, mas como uma forma de imaginação social contemporânea que mobiliza esses textos como plataformas para teorização. Alinho-me a esse entendimento e sustento que é fundamental reconhecer a dimensão periférica dessa forma de imaginação, pois a questão do lugar subalterno do Brasil na modernidade global é central para todos os autores do campo que procuram pensá-lo de forma atual (MAIA, 2009; LYNCH, 2015).

Essa hipótese não é nova nem parte do zero. Ela se baseia num veio da cultura intelectual brasileira que buscou pensar seu próprio lugar de enunciação à luz de uma diferença constitutiva em relação à Metrópole, sem que isso implicasse qualquer fabulação localista ou endógena, como ocorreu em parte do debate internacional sobre as “*indigenous sociologies*” (ROSA, 2019). *Grosso modo*, é possível localizar duas grandes interpretações desse lugar de enunciação. Por um lado, os ensaios clássicos de Roberto Schwarz sobre o sentido da obra de Machado de Assis (SCHWARZ, 1973), nos quais o crítico paulista relaciona a forma literária machadiana, marcada pela volubilidade do narrador e pela desestabilização das ideologias oitocentistas numa sociedade escravocrata movida pelo favor, a uma experiência capitalista periférica que imprimiria uma torção na ideologia liberal. Nesse sentido, as famosas “ideias fora do lugar” expressariam um lugar de enunciação sobre o moderno em geral a partir da condição periférica. Por outro lado, podemos destacar os estudos de Silvano Santiago sobre o entre-lugar do discurso latino-americano

⁴ Nota-se nos últimos anos uma abertura para a incorporação de novos autores e tradições intelectuais no que se convencionou chamar de “cânone” desse campo, com um relativo aumento de estudos sobre Lélia González e Clóvis Moura, para ficarmos em dois cientistas sociais negros que produziram “interpretações do Brasil”, por assim dizer. Essa abertura atesta a conexão do campo com as demandas e tensões que surgem das ciências sociais contemporâneas.

(SANTIAGO, 1978), em que o autor analisa a literatura deste continente não à luz da ideia de “influência”, mas de diferença suplementar, que permite atentar para o modo como a produção dita periférica comenta e recria os parâmetros estéticos do centro, num jogo de suplementação que refaz o universo literário, e não apenas afirma a “cor local” de modo subordinado. De certo modo, a dissonância entre os autores, para além das fundamentais diferenças teóricas e metodológicas, reside no sentido dessa fabulação teórica periférica — uma forma estética que expressa nosso subdesenvolvimento e o problema da nossa “formação” ou um lugar liminar que permite comentar criticamente o esgotamento da imaginação eurocêntrica?

A pergunta acima não é de simples resolução, mas considero que a proposta de Santiago nos permite reenquadrar o pensamento brasileiro menos como um repertório clássico, fossilizado em grandes obras de décadas atrás, e mais como um modo de imaginação social periférica, que constituiu diferentes maneiras de conceituar e pensar problemas típicos da vida moderna em um contexto nas margens do mundo ocidental. Nesses termos, pode-se tratar o pensamento social como um campo de estudos que dialoga com essas obras tidas como clássicas e que parte delas para pensar questões contemporâneas. Ele pode ser visto, portanto, como uma possível fonte para reconstrução de conversas mais amplas sobre o que significa social e modernidade, abrindo o campo de conceitos possíveis.

Para explorar mais adequadamente o entendimento do PSB como uma forma produtiva de imaginação social periférica, é fundamental articulá-lo ao debate global da sociologia. Para tanto, são necessários dois movimentos: (a) em primeiro lugar, uma desprovincialização da reflexão na área do PSB, que por vezes é excessivamente referida a problemas intelectuais tidos como singulares ou específicos do Brasil. Essa desprovincialização implica um trabalho teórico de construir conexões entre as reflexões no campo e debates teóricos atuais nos quais a necessidade de construir alternativas ao eurocentrismo seja fundamental; (b) em segundo lugar, um trabalho historiográfico que articule autores, ideias e correntes intelectuais brasileiras a dinâmicas globais que moldaram as ciências sociais no pós-Segunda Guerra, com destaque para a sociologia, disciplina dominante na área de PSB (MAIA, 2021). Esse trabalho produziria as bases empíricas para sustentar conexões e afinidades entre o PSB e outras formas de imaginação no Sul Global, complementando o trabalho teórico de desprovincialização e fornecendo subsídios para a ampliação do repertório cognitivo das sociologias periféricas.

No campo atual do PSB, diferentes perspectivas vêm trabalhando na busca por uma “desprovincialização” da área. Pode-se destacar o trabalho de Sérgio Tavolaro, que não é um pesquisador identificado com o campo, mas que lida com materiais e problemas típicos do PSB. Em suas reflexões, Tavolaro argumenta que boa parte do que se entende por PSB opera com uma noção de singularidade nacional que situa a vida cultural brasileira em dissonância com o movimento de constituição da modernidade global (TAVOLARO, 2014). Ao descentrar o entendimento do que seja essa modernidade, analisando como é possível vê-la a partir de diferentes variáveis que também se produziram na formação capitalista brasileira, Tavolaro demonstra que a hipótese da singularidade carece de um entendimento mais adequado da pluralidade da modernidade. Nesse registro, o autor provoca os pesquisadores do campo a inquirir seus objetos sem se deixarem levar pelo encanto do particularismo, que retrata o Brasil como se fosse um caso desviante ou autônomo em relação a processos de natureza global, que demandam comparação.

Mais recentemente, Tavolaro (2021) aplicou essa reflexão para pensar o problema da temporalidade moderna. Ao analisar o debate contemporâneo sobre o tema, argumenta que a imagem dessa temporalidade como sendo retilínea, uniforme e aberta — marcada pela seta do progresso — estaria sendo desafiada tanto por formulações pós-coloniais que questionam o historicismo eurocêntrico que lhe deu sustentação filosófica, como por outras concepções de tempo que apontam o entrelaçamento entre tempos e a disjunção entre presente, passado e futuro. Tavolaro considera que essas visões não hegemônicas da temporalidade moderna encontrariam ressonância em diversos trabalhos clássicos do PSB que reiteraram o sentimento de descompasso entre a formação brasileira e o tempo da modernidade capitalista. Longe de tratar esse sentimento como um diagnóstico de nossa suposta “incompletude”, Tavolaro analisa-o como evidência de enredamentos entre as formas modelares e não-modelares de modernidade. E, acrescento, por que não ver nessa conexão também uma atualização teórica do próprio PSB? É o que o próprio autor argumenta:

uma vez dissolvida a autossuficiência histórica das ditas sociedades “centrais” em favor de uma concepção *relacional* da experiência moderna (de acordo com a qual contextos *modelares* e *não modelares* seriam cooriginários e corresponsáveis pela modernidade); admitida a pertinácia hodierna de referências cognitivas e de padrões ético-morais e estéticos erigidos em circunstâncias e momentos históricos variados; e, por fim, assentida a coexistência contemporânea de uma pluralidade de conotações e ordenamentos do *tempo* (com suas lógicas, cadências,

continuidades, interrupções, conflitos e subversões próprios), o arranjo *temporal* subjacente às interpretações do Brasil examinadas no artigo assume outro estatuto conceitual: em vez de exclusiva ao país e a contextos congêneres, tal concepção heterogênea, compósita e sinuosa do *tempo* parece melhor condizer com a densidade da trama social contemporânea e com as incongruências e assimetrias inerentes à(s) sua(s) *temporalidade(s)*. (TAVOLARO, 2021, p. 1075-1076).

Em outro registro, mais ainda no campo da sociologia política na qual milita Tavolaro, podem-se mencionar diferentes trabalhos que vêm buscando atentar para os nexos entre o PSB e campos teóricos contemporâneos, particularmente aqueles animados pela crítica pós-colonial (MAIA, 2009; LYNCH, 2015). Nesses trabalhos, entende-se que o chamado pós-colonialismo trouxe tanto um questionamento sobre a suposta universalidade da experiência moderna europeia como uma crítica ao repertório cognitivo que surgiu dessa experiência. Ou seja, entende-se que um dos principais impactos da crítica pós-colonial é apontar para um movimento de “descentramento” da teoria social e política, num movimento de dupla direção — do Sul ao Norte, buscando contribuir para a reconstrução teórica das ciências humanas em bases menos eurocêntricas, e do Sul ao Sul, atentando para a necessidade de evitar a importação acrítica de teorias e conceitos para a análise de experiências sociais não-ocidentais. Nesse duplo movimento, há diversas agendas de pesquisa que vêm produzindo contribuições significativas para o movimento de desprovincialização do PSB, como, por exemplo as pesquisas realizadas sobre autores, tradições e/ou obras relacionadas à sociologia agrarista brasileira e/ou ao pensamento social sobre espaços não-urbanos brasileiros (LIMA, 1999; MAIA, 2008; BOTELHO, 2009; HOELZ, 2010).⁵

Uma das contribuições desses estudos está no entendimento da centralidade que a violência como mecanismo de relação interpessoal assumiu em formações capitalistas

⁵ Embora ambos os conceitos se refiram a projetos intelectuais críticos ao eurocentrismo, “pós-colonial” e “decolonial” têm origens distintas e implicações teóricas que guardam peculiaridades. O “pós-colonial” é comumente associado a estudos produzidos no mundo intelectual anglófono a partir do final dos anos de 1970 e começo da década de 1980 por historiadores e pesquisadores do campo da Literatura e dos Estudos Culturais, como Edward Said. Ele refere-se a textos que refletem sobre a modernidade à luz das experiências coloniais europeias no Oriente Médio e no Sudeste Asiático ao longo dos séculos XIX e XX, bem como sobre os impactos epistemológicos e políticos dessas experiências. Já o “decolonial” surgiu em seminários e obras coletivas de pesquisadores latino-americanos ao longo da década de 1990, nos quais se gestou uma visão crítica sobre a identificação entre modernidade, colonialidade e sistema-mundo capitalista. Na visão dos decoloniais, trata-se de uma perspectiva mais radical que a “pós-colonial”, porque situa o horizonte da colonialidade na expansão europeia sobre as Américas a partir do século XV e adota diálogo mais direto com teorias críticas sobre o capitalismo e as suas práticas de racialização. Para uma comparação didática entre os termos, cf. Gurinder Bhambra (2014).

periféricas (HOELZ, op.cit; BOTELHO, op.cit). Se, para a sociologia política clássica, a pacificação das relações interpessoais e a centralização progressiva da força no Estado seria uma variável fundamental para o processo de *nation-building*, os estudos de PSB citados contribuem para aproximar nossa reflexão de outras formas de teorização periférica que chamam a atenção para a centralidade da violência em processos de construção nacional, em especial em zonas tidas como “liminares” ou “fronteiriças”. Tome-se, por exemplo, a pesquisa de Botelho (2009) sobre os estudos feitos pelo sociólogo brasileiro Luiz A. da Costa Pinto, em especial no seu livro sobre lutas de família no Brasil colonial. Ao investigar como Costa Pinto destaca o papel da vingança familiar na estruturação das modernas relações que organizaram a sociedade brasileira, Botelho destaca que essa hipótese permite equacionar problemas contemporâneos da sociologia política, particularmente aqueles relacionados ao processo de *nation-building* periférico. Segundo o autor:

Críticas contemporâneas voltam-se, sobretudo, contra os aspectos normativos e teleológicos das teorias que pressupunham que a construção do Estado-nação configuraria um modelo universal definido a partir de certas experiências europeias, na realidade, historicamente muito diversificadas e contingentes (TILLY, 1996; BALAKRISHNAN, 2000); ou que a construção do Estado-nação pudesse, de fato, engendrar laços puramente civis, minimizando-se, neste caso, a persistência de formas mais primordiais de solidariedade — dadas, por exemplo, pelo próprio parentesco — na sociedade moderna (ALEXANDER, 1980). Mas, bem pensado, essa valorização teórica das tensões imprimidas pelo Estado-nação sobre a dinâmica da vida social só ocorre após a generalização da apontada “crise” do Estado-nação como eixo político, cultural e institucional da modernidade. Quando então o caráter contingente de construto histórico desse tipo de ordenamento se torna, enfim, mais evidente nas próprias experiências sociais que até então pareciam muito bem-sucedidas e mesmo acabadas a esse respeito, e que, desse modo, serviram de referência, na melhor das hipóteses, ou de modelo para a construção da inteligibilidade sociológica da passagem de uma sociedade concreta para o Estado-nação abstrato, ainda que, como no caso brasileiro, uma ex-colônia em processo (descontínuo) de conversão ao nacional (BOTELHO, 2009, p.174)

Uma segunda contribuição desses estudos citados pode vir do debate sobre modernidade e espaços não-urbanos, com destaque para o lugar que categorias como “sertão” (LIMA, 1999) e “terra” (MAIA, 2008) ocupam no PSB. Se a “cidade” foi a geografia fundamental para a construção da sociologia europeia clássica, como demonstram as obras de autores como Simmel, Booth, Engels, Park, para citar apenas alguns que se

dedicaram ao problema metropolitano, é fundamental reconhecer que a imbricação entre capitalismo e colonialismo fez das tensões e disputas em torno de terras e espaços agrários um elemento fundamental para o entendimento da modernidade global (CONNELL, 2007). No campo da teoria social, há trabalhos que procuram exatamente mostrar como a terra está associada à produção de outras ontologias do “social”, impactando a constituição de subjetividades e de movimentos sociais (ROSA, 2012). No que se refere à própria pandemia, o citado texto de Maristella Svampa alerta para a necessidade de incorporar as experiências das comunidades latino-americanas com suas terras, que são tanto espaços fundamentais para a acumulação capitalista por via neoextrativista, como também territórios nos quais novas formas de identidade e de sociabilidade são gestadas por organizações e povos.

É possível apontar exemplos concretos do modo como essa imaginação periférica permite explicar alguns efeitos da pandemia na sociedade brasileira. Por exemplo, a combinação entre autoritarismo e “libertarianismo” que é marca constitutiva do discurso do bolsonarismo⁶ traduziu-se num modo de gestão da crise sanitária que implicou uma afirmação radical dos “direitos individuais” em detrimento da proteção coletiva. O que poderia ser visto como reiteração de uma matriz “libertária” tipicamente eurocentrada mostrou-se mais peculiar por conta da conexão com discursos de setores militares próximos ao bolsonarismo sobre as supostas “ingerências” do Poder Judiciário sobre o Executivo. Embora a convivência entre neoliberalismo e gramáticas morais conservadoras esteja longe de ser algo específico do Brasil, a forma como o PSB trabalhou as conexões entre liberalismo e práticas autoritárias numa sociedade periférica pode de fato iluminar a gestão da crise e a mortandade daí resultante.

Já o movimento de reconstrução historiográfica tem dois objetivos fundamentais: (a) ele permitiria evidenciar como o PSB pode ser explicado não apenas por dinâmicas internalistas, mas por variáveis transnacionais mais amplas, o que permite matizar a ênfase na singularidade nacional; (b) ele demonstraria que é possível estabelecer bases empíricas entre diferentes formas de imaginação periféricas para a constituição de bases comuns para a teorização contemporânea.

Embora ainda incipientes, é possível apontar diferentes pesquisas no campo do PSB que têm renovado a história das ciências sociais brasileiras, evidenciando sua conexão

⁶ Há uma recente e copiosa bibliografia sobre o bolsonarismo, mas considero o trabalho de Letícia Cesarino (2019) como um dos mais instigantes para refletir sobre as práticas discursivas desse movimento e suas estratégias digitais de produção identitária.

com movimentos transnacionais mais amplos. Pode-se citar o trabalho de Antônio Brasil Junior (2013), que analisou os casos de Gino Germani e Florestan Fernandes à luz das trocas intelectuais na sociologia latino-americana dos movimentos de recriação teórica encetados por esses sociólogos, que mobilizavam de forma crítica o repertório da teoria da modernização. Ao realizar suas análises, Brasil Junior evidencia como a sociologia latino-americana não foi simplesmente um campo de recepção das teorias centrais, mas, também, um espaço de formação cognitiva e elaboração teórica. Esse veio “latino-americano” da sociologia brasileira foi recentemente explorado por Breno Bringel e Miguel Leone (2021), que analisaram a gênese do conceito de “colonialismo interno” como resultado de processos transnacionais de institucionalização científica que moldaram o campo da sociologia brasileira na década de 1960. Ao mostrarem a importância do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS)⁷ para a circulação intelectual que permitiu ao mexicano Rodolfo Stavehagen burilar o conceito em diálogo com cientistas sociais brasileiros, os autores oferecem evidências para o entendimento do pensamento social como parte do movimento de constituição da sociologia periférica no período.

Como mostrou Beigel (2013), a posição de dependência das comunidades intelectuais latino-americanas não impediu que se constituíssem centros de alcance regional que produziram teorização sociológica significativa, em sintonia com agendas globais da disciplina. Os trabalhos de Brasil Junior e Breno Bringel e Leone evidenciam que é possível entender a história da sociologia brasileira como parte dessa história mais ampla da constituição de centros intelectuais periféricos, que também se verificou em outras partes do mundo, sob influxo da Unesco.

Numa perspectiva mais teórica, João Maia (2017) explorou as conexões entre novos debates teórico-metodológicos no campo da história da sociologia e desdobramentos analíticos no campo do PSB. Em especial, destacou como a “virada global” nas pesquisas historiográficas sobre a disciplina implicam uma atenção renovada para a formação de campos intelectuais periféricos e a conexão desses campos com movimentos transnacionais, marcados pela circulação de conceitos, agentes intelectuais e mesmo instituições. Essa aproximação permitiria pensar intelectuais e obras comumente associados

⁷ O CLAPCS foi criado em 1957 na cidade do Rio de Janeiro, por iniciativa da Unesco em parceria com governos latino-americanos, contando com aporte significativo do governo brasileiro. Seu primeiro presidente foi o sociólogo Luiz A. Costa Pinto, e em seus primeiros anos, o Centro foi crucial para formatar agendas regionais de pesquisa e promover a circulação de cientistas sociais na região.

a uma história endógena da cultura brasileira a redes transnacionais mais amplas relacionadas à constituição de comunidades sociológicas periféricas. Segundo o autor:

Como se vê, o debate sobre a dimensão transnacional na história da sociologia vive um interessante momento. Por um lado, historiadores da disciplina situados no coração da tradição dos países centrais têm se valido dessa abordagem para superar as limitações do nacionalismo metodológico e das tradições nacionais, o que permite aos estudiosos visualizar fluxos institucionais e dinâmicas intelectuais que estão presentes desde sempre na própria construção dos sistemas científicos da sociologia. Por outro lado, algumas dessas abordagens ainda ignoram o papel desempenhado pelos circuitos tidos como periféricos, que, como se pôde verificar nas abordagens de Beigel e de Keim, não se limitam a receber ou importar teorias e conceitos. A melhor forma de equacionar essa tensão não é pela via do debate teórico puro, mas sim com a produção de mais estudos empíricos que comprovem como os espaços periféricos tiveram um relevante papel na construção histórica das ciências sociais. Sustento que nesse desafio reside uma grande potencialidade para o campo do pensamento social brasileiro, como pretendo mostrar a seguir. (MAIA, 2017, p. 118)

Essa agenda de reconstrução historiográfica no campo do PSB vincula-se, portanto, a um movimento mais amplo de atenção às tradições intelectuais tidas como periféricas e ao lugar que essas tradições ocuparam na construção das disciplinas das ciências sociais ao redor do mundo (PATEL, 2010). Esse movimento chama a atenção tanto para as dinâmicas globais que organizaram a formação dessas disciplinas, superando o nacionalismo metodológico que ainda marca os livros-textos e a própria autocompreensão dos cientistas sociais, como para as desigualdades e assimetrias que estruturaram a produção e a circulação de conhecimento nas ciências sociais em geral (HEILTRON, SORÀ e BONCOURT, 2018).

Como se vê, desprovincialização teórica e reconstrução historiográfica são dois momentos intelectuais que se complementam e que permitiriam reenquadrar o PSB como uma forma de imaginação social periférica que se constituiu a partir de dinâmicas transnacionais que lhe deram forma. Esses momentos permitiriam aos pesquisadores atualizar teoricamente o debate no campo do PSB e tomar parte num debate hoje global sobre as contribuições das sociologias do Sul Global para o desvendamento de processos contemporâneos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo iniciou-se com a constatação de que a pandemia da Covid-19 evidenciou de forma cristalina o desajuste entre processos globais e formas eurocêntricas de imaginação social. Nesse sentido, o artigo partilha a insatisfação com a resiliência do eurocentrismo no campo da teoria social, fato que impede uma adequada compreensão de novas experiências de solidariedade e cuidado surgidas como resposta à pandemia, que vão além do modelo de “democracia social” teorizado no Velho Mundo. Do mesmo modo, as políticas de contenção ao vírus demonstram que o binômio entre “autoritarismo” e “liberdades” parece não ser suficiente para entendermos as capacidades estatais ou públicas que vêm surgindo em países do Sudeste Asiático e as articulações da sociedade em diferentes territórios periféricos no Sul Global. Finalmente, como mostrou a socióloga argentina Maristella Svampa, a teorização sobre a pandemia precisa levar em conta as experiências dos povos latino-americanos com a terra e os impactos do neoextrativismo, o que implica orientar a teoria social para problemas globais que escapam ao clássico repertório urbano da sociologia eurocentrada.

Mas, ao mesmo tempo, não é suficiente valorizar sociologias alternativas ou endógenas, como se a crítica ao eurocentrismo tivesse o condão de tornar quaisquer conceitos ou experiências culturais e intelectuais surgidas “ao Sul” necessariamente relevantes para o debate teórico na sociologia. Parte da reflexão crítica ao eurocentrismo têm se preocupado em localizar novas epistemologias e saberes, mas sem cuidar da necessidade de reconstrução teórica sintética na sociologia. Nesse sentido, este artigo concorda com diagnósticos críticos que apontaram as insuficiências das chamadas “epistemologias do Sul” e das formulações decoloniais para os necessários procedimentos de generalização que são cruciais para a construção conceitual na sociologia (DOMINGUES, 2009). Após elencar suas principais críticas à interpretação que Walter Mignolo, um dos principais elaboradores do paradigma decolonial, dá à modernidade na América Latina, José Maurício Domingues finaliza seu artigo apontando para a necessidade de retomar a sociologia como forma de explicação:

I believe that living and theorizing from the periphery or the semi-periphery must lead to changes in concepts and to a different perspective on modernity, according to the very social dynamics such societies evince, and that a “colonial” mentality must be politically and theoretically avoided by the researcher. There may be a lot to learn from indigenous ways of thought, but the contribution of the social sciences

for the understanding of that process cannot be waived. Postcolonial or decolonial approaches of the kind we have analysed here may certainly make their own contribution to this endeavour, but will need to revise some of their key assumptions so as to be more theoretically productive and politically encompassing. A more systematic dialogue with the social sciences is surely also required. At the same time, Latin American sociology must come to grips with general theorizations, beyond mere description, case studies and a loosely defined “critical” stance. (DOMINGUES, 2009, p. 129)

Não à toa, o texto de Domingues termina com uma convocação à retomada da tradição sociológica de Florestan Fernandes, Gino Germani e Pablo Casanova, ponto que permanece apenas sugerido pelo autor. Aceitando a sugestão, argumento que parte das insuficiências do paradigma criticado deriva do próprio desconhecimento da rica e complexa história da sociologia em contextos periféricos, em que teorizações críticas floresceram e dialogaram com o repertório científico da teoria sociológica, mas hoje permanecem relativamente ignoradas no debate teórico central. Mesmo entre autores de referência no campo “decolonial” é comum que se considerem tais teorizações como incorrendo ainda nos mesmos pecados eurocêntricos, particularmente o “desenvolvimentismo” (GROSGOUEL, 2008), o que termina por prejudicar o necessário exercício dialético de construção conceitual com base nas tradições intelectuais acumuladas. É por isso que considero absolutamente fundamental o trabalho de reconstrução historiográfica.

Nesse movimento entre pensamento social, imaginação periférica e história da sociologia no Sul Global reside uma boa possibilidade de repensar o primeiro termo dessa equação e sua atualidade no mundo pós-covid. Como argumentei na primeira seção, esse mundo tem sido explicado à luz de debates teóricos excessivamente eurocentrados, a despeito da escala global do fenômeno sanitário e da relevância das experiências vivenciadas nos países do Sul. A construção de novos repertórios cognitivos pressupõe um primeiro movimento, de readequação do como pensamos as tradições intelectuais do Sul Global, por vezes de modo excessivamente fragmentado. Para reconstruirmos um novo horizonte conceitual, é fundamental produzir bases comuns para o debate intelectual — daí a importância do movimento de interlocução entre pensamento social e história global da sociologia, tendo por foco o Sul Global.

Notem que não se trata de reler de forma acrítica e anacrônica textos escritos há décadas, mas sim de reconhecer que toda teoria parte de um conjunto de conversas anteriores que cristalizaram conceitos e categorias que terminam por sistematizar o que

entendemos por social. Nesse sentido, o trabalho de crítica aos pressupostos eurocentrados dessa conversa deve estar aliado a uma busca de outras fontes de imaginação social para a sua ampliação. Esse é o lugar possível hoje para o pensamento social brasileiro como fonte de inovação intelectual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. (2020). *Reflexões sobre a peste: ensaios em tempos de pandemia*. São Paulo: Boitempo Editorial.

ALATAS, Syed Farid. (2006). *Alternative discourses in Asian social science: responses to eurocentrism*. Londo: Sage.

ALEXANDER, Jeffrey C. (1987). The centrality of the classics. In TURNER, Johnattan; GIDDENS, Anthony. (orgs). *Social theory today*. Stanford: Stanford University Press.

BEIGEL, Fernanda. (2014). Publishing from the periphery: Structural heterogeneity and segmented circuits. The evaluation of scientific publications for tenure in Argentina's CONICET. *Current Sociology*, v. 62, n. 5, p. 743-765.

BEIGEL, Fernanda. (2013). The internationalization and institutionalization of research and higher education in Latin America: The emergence of peripheral centers. In BEIGEL, Fernanda (org.) *The politics of academic autonomy in Latin America*, p. 31-45. London: Routledge.

BHAMBRA, Gurinder. (2014). Postcolonial and decolonial dialogues. *Postcolonial studies*, 17(2), p. 115-121.

BHARDWAJ, Kajal. (2021). Pessoas antes do lucro: um chamado de alerta da Covid-19. *Global Dialogue*, vol. 11(2), agosto. Disponível em <http://globaldialogue.isa-sociology.org/wp-content/uploads/2021/09/v11i2-portuguese.pdf> . Acesso em: 02 dez. 2021. .

BOTELHO, André. (2009). Passagens para o Estado-nação: a tese de Costa Pinto. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 77, p. 147-177.

BRANDÃO, Gildo Marçal.(2005). Linhagens do pensamento político brasileiro. *Dados*, v. 48, p. 231-269.

BRASIL JUNIOR, Antônio. (2013). *Passagens da Teoria Sociológica: Florestan Fernandes e Gino Germani*. São Paulo: Hucitec/CLACSO.

BRINGEL, Breno; LEONE, Miguel. (2021). La construcción intelectual del concepto de colonialismo interno en América Latina: diálogos entre Cardoso de Oliveira, González Casanova y Stavenhagen (1959-1965). *Mana*, v. 27 (2), p.1-36.

CESARINO, Letícia. (2019). Identidade e representação no bolsonarismo. *Revista de Antropologia*. 62(3), p. 530-557.

CONNELL, Raewyn. (2007). *Southern Theory: the global dynamics of knowledge in the social sciences*.Cambridge: Polity Press.

DELANTY, Gerard. (2020). Six political philosophies in search of a virus: critical perspectives on the coronavirus pandemic. LSE 'Europe in Question' Discussion Papers

Series, n. 156, maio. Disponível em <https://www.lse.ac.uk/european-institute/Assets/Documents/LEQS-Discussion-Papers/LEQSPaper156.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2021.

DOMINGUES, José M. (2009). Global modernization, 'coloniality' and a critical sociology for contemporary Latin America. *Theory, Culture & Society*, v. 26, n. 1, p. 112-133.

DORRE, Klaus; IBRAHIM, Walid. (2021). O Leviatã está de volta! O Estado-Corona e a sociologia. *Global Dialogue*, vol 11 (2), agosto. Disponível em <http://globaldialogue.isa-sociology.org/wp-content/uploads/2021/09/v11i2-portuguese.pdf>. Acesso em: 02 de dezembro de 2021.

GIANELLA, Camila. (2021). Vacinas para Covid-19: revelando as desigualdades globais. *Global Dialogue*, vol. 11(2). Disponível em <http://globaldialogue.isa-sociology.org/wp-content/uploads/2021/09/v11i2-portuguese.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2021.

GROSGOUEL, Ramón. (2008). Developmentalism, modernity, and dependency theory in Latin America. *Nepantla: views from south*, 1/2, p. 347-76.

HEILBRON, Johan. (1999). Towards a sociology of translation: book translations as a cultural world-system. *European Journal of Social Theory*, v. 2, n. 4, p. 429-444

HEILBRON, Johan; SORÀ, Gustavo; BONCOURT, Thibaud. (2018). Introduction In: HEILBRON, Johan; SORÀ, Gustavo; BONCOURT, Thibaud (Orgs.). *The social and human sciences in global power relations*. London: Palgrave Macmillan, p. 1-25.

HOELZ, Maurício. (2010). *Homens livres, mundo privado: violência e pessoalização numa seqüência sociológica*. Dissertação de mestrado em Sociologia - UFRJ, Rio de Janeiro.

JESSOP, Bob. (2021). A Covid-19: novas articulações do Estado e da economia. *Global Dialogue*, vol. 11(2). Disponível em <http://globaldialogue.isa-sociology.org/wp-content/uploads/2021/09/v11i2-portuguese.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2021.

JOSIOWICZ, Alejandra; BRASIL JR, Antonio. (2019), Pensamento social e pesquisa informacional: o caso da Biblioteca Virtual do Pensamento Social (BVPS). *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 7, n. 16, p. 5-28.

LIMA, Nísia Trindade. (1999). *Um sertão chamado Brasil: representações geográficas da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan.

LYNCH, Christian Edward Cyril. (2015), Teoria pós-colonial e pensamento brasileiro na obra de Guerreiro Ramos: o pensamento sociológico (1953-1955). *Caderno CRH* 28, PP. 27-45.

MAIA, João M.E. (2021), O Pensamento Social no Brasil e os historiadores: notas sobre uma interdisciplinaridade desigual. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, 14(36), 509-534.

MAIA, João M.E. . (2017), História da sociologia como campo de pesquisa e algumas tendências recentes do pensamento social brasileiro. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 24, 111-128.

MAIA, João M.E (2014), History of sociology and the quest for intellectual autonomy in the Global South: the cases of Alberto Guerreiro Ramos and Syed Hussein Alatas. *Current Sociology* 62.7, 1097-1115.

MAIA, João M.E. . (2009), Pensamento brasileiro e teoria social: notas para uma agenda de pesquisa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 24, 155-168.

- MAIA, João M.E. (2008). *A terra como invenção: o espaço no pensamento social brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar.
- NOVY, Andreas; BARNTHALER, Richard. (2021), Acesso em: 02 de dezembro de 2021. Economias ajustáveis ao futuro e o Estado. *Global Dialogue*, vol 11(2), agosto. Disponível em <http://globaldialogue.isa-sociology.org/wp-content/uploads/2021/09/v11i2-portuguese.pdf>
- PATEL, Sujata. (org) (2010), *The ISA handbook of diverse sociological traditions*. London: Sage Publication.
- RAMNAYYA, E. Venkat; EMANDI, Viha (2021), Acesso em: 02 de dezembro de 2021. Desastres gêmeos na Índia: uma agenda inacabada. *Global Dialogue*, vol. 11(2). Disponível em <http://globaldialogue.isa-sociology.org/wp-content/uploads/2021/09/v11i2-portuguese.pdf>
- ROSA, Marcelo C. (2019), Sociologias indígenas ioruba: a África, o desconcerto e ontologias na sociologia contemporânea1. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, v. 32, p. 389-408.
- ROSA, Marcelo C. (2014). Theories of the South: Limits and perspectives of an emergent movement in social sciences. *Current Sociology* 62.6, pp. 851-867.
- ROSA, Marcelo C.. (2012). A terra e seus vários sentidos: por uma sociologia e etnologia dos moradores de fazenda na África do Sul contemporânea. *Sociedade e Estado*, v. 27, p. 361-385, 2012.
- SANTIAGO, Silviano. (1978), O entre-lugar do discurso latino-americano. *Uma literatura nos trópicos*, v. 2, p. 9-26, 1978.
- SOUZA, Jessé. (2000), *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: editora UNB.
- SCHWARZ, Roberto. (1973). As ideias fora do lugar. *Estudos Cebrap*, v. 3, p. 149-62.
- SVAMPA, Maristella. (2021), La pandemia desde América Latina: Nueve tesis para un balance provisorio. *Nueva sociedad* 291, pp. 80-100.
- TAVOLARO, Sérgio B. (2021). Interpretações do Brasil e a temporalidade moderna: do sentimento de descompasso à crítica epistemológica. *Sociedade e Estado*, 36, 1059-1082
- TAVOLARO, Sérgio B. (2014). A tese da singularidade brasileira revisitada: desafios teóricos contemporâneos. *Dados*, 57, pp.633-673.
- VIANNA, Luiz. J Werneck (1997), *A revolução passiva: iberismo e americanismo na formação brasileira*. Rio de Janeiro: Revan.
- WALBY, Sylvia. (2021). The Covid pandemic and social theory: social democracy and public health in the crisis. *European Journal of Social Theory*. Vol. 24(1), pp. 22-43.

João Marcelo E. Maia

Professor associado do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).